



*Exma Sra. Rosa Nunes
Assessora da Comissão de Saúde
P/ email*

Porto, 23 de Janeiro de 2017

Assunto: Resposta ao pedido de parecer sobre a PPL Nº 34(Actos em Saúde)

Em resposta ao seu email de 17 de Janeiro de 2017, e conforme solicitação do Sr. Deputado António Sales, somos a transmitir o nosso parecer que explicitamos:

1 – Agradecemos a consulta a este Sindicato, enquanto representante da esmagadora maioria dos “técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica” – Nova designação das profissões acordada com o Governo no dia 12 de Dezembro de 2016.

2 – Entendemos que, na sequência desta consulta, e dada a multiplicidade de profissões reguladas, constantes deste sector (19 reguladas e três novas licenciaturas em fase de regulação), se justifica, igualmente, a marcação de uma reunião com este Sindicato para uma melhor percepção do nosso parecer.

3 – Tendo em atenção que as profissões das áreas de diagnóstico e terapêutica, são reguladas pelo Dec. Lei Nº 320/99, de 11 de Agosto, que carece, hoje, de ajustamentos, determinados pelo recente acordo assinado pelos sindicatos do sector e o Governo, determinando ajustamentos quer às designações profissionais, quer às respectivas competências, entendemos que em sede da PPL Nº 34 (Actos em Saúde), devem estas ser integradas e reguladas em bloco, nos termos abaixo propostos.

Assim, nos termos atrás explicitados, a nossa proposta de alteração à PPL Nº 34, é a seguinte:

1 – Ajustar o preâmbulo da PPL Nº34, integrando no âmbito do diploma as nossas profissões, nos seguintes termos: 4º parágrafo do preâmbulo - ...os nutricionistas, os psicólogos e os técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica.

2 – Integrar no Artigo 1º da PPL Nº 34, os técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica.

3 – Acrescentar um artigo sobre a definição do acto em saúde dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, com a seguinte formulação:



- a) O acto dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica consiste na acção em conformidade com a informação clínica, pré- diagnóstica e processo de investigação ou identificação, cabendo-lhes conceber, planear, organizar, aplicar e validar o processo de trabalho no âmbito das respectivas profissões, tendo como objectivo a promoção da saúde, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação e reinserção do doente.*
- b) Validar, ponderar e avaliar criticamente o seu trabalho, assumindo a plena responsabilidade pelos cuidados de saúde prestados;*
- c) Prestar cuidados e intervir sobre indivíduos, grupos de indivíduos ou grupos populacionais, doentes ou saudáveis, tendo em vista a protecção, melhoria ou manutenção dos seu estado e nível de saúde;*
- d) Constituem, ainda, actos dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, as actividades técnico-científicas de ensino, formação, investigação, educação, assessoria e gestão na promoção da saúde, prevenção e tratamento, enquadradas no âmbito das respectivas actividades profissionais, quando praticadas por estes;*
- e) O exercício dos actos dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica é da competência dos titulares do respectivo título profissional que sejam portadores da correspondente cédula profissional, emitida nos termos da legislação em vigor, bem como os titulares de qualificações estrangeiras equivalentes, regularmente inscritos na ACSS ou em organismo regulador superveniente.*

Ficando a aguardar o agendamento da reunião atrás solicitada, subscrevemo-nos com cordiais cumprimentos.

A Direcção Nacional
O Presidente

Almerindo Rego